

ATA DA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 19-9-2018.

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Elizandro Sabino, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Reginaldo Pujol e Rodrigo Maroni. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cassio Trogildo, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Moisés Barboza, Mônica Leal, Professor Wambert, Ricardo Gomes e Sofia Cavedon. À MESA, foram encaminhados o Projeto de Lei do Legislativo nº 117/18 (Processo nº 1263/18), de autoria de José Freitas, e o Projeto de Resolução nº 028/18 (Processo nº 1266/18), de autoria da Mesa Diretora. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Professor Wambert, André Carús e Aldacir Oliboni. Na ocasião, os trabalhos estiveram suspensos das quatorze horas e vinte e nove minutos às quatorze horas e trinta minutos. A seguir, foi aprovado Requerimento de autoria de Fernanda Melchionna, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia vinte e quatro ao dia vinte e sete de setembro do corrente. Também, foi aprovado Requerimento verbal formulado por João Carlos Nedel, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Alvoni Medina e Sofia Cavedon. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 4ª Sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 009/18, discutido por Adeli Sell. Em PAUTA, Discussão Preliminar, esteve, em 1ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/18. A seguir, constatada a inexistência de quórum deliberativo, deixou-se de iniciar a Ordem do Dia. Durante a Sessão, foram registradas as presenças de Júlio Cals, Presidente da Cruz Vermelha Brasileira, e de Manoel Garcia Júnior, Presidente da Cruz Vermelha do Rio Grande do Sul. Às quinze horas e quatro minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell e José Freitas e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Convido para compor a Mesa o Sr. Júlio Cals, Presidente da Cruz Vermelha Brasileira, e o Sr. Manoel Garcia Júnior, Presidente da Cruz Vermelha do Rio Grande do Sul.

O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) “Todos irmãos! Todos irmãos! Todos somos irmãos!” Esse grito foi ecoado na Batalha de Solferino, em 1859, quando foi criada a Cruz Vermelha Internacional. Jean Dunant passava pelo Piemonte, numa sangrenta batalha em que as pessoas estavam sendo feridas e despojadas dos seus bens e, enquanto, Ver. Ricardo Gomes, as pessoas iam aos feridos para retirar seus cintos, seus sapatos, Jean Dunant, num arroubo de civilização e fraternidade, começou a gritaria no meio daqueles soldados feridos, daqueles que tomaram em batalha: “*Tutti fratelli! Tutti fratelli! Tutti fratelli!*” Ele, que era suíço, queria se fazer entender no meio dos italianos, que, no lugar de socorrer aqueles homens feridos em batalha, estavam lá despojando aqueles soldados feridos de seus bens. E Jean Dunant, o suíço que fundou o movimento da Cruz Vermelha, gritava “*Tutti fratelli! Tutti fratelli! Tutti fratelli!*”. Esse espírito que move, que inspira a Cruz Vermelha Internacional deve inspirar a reconstrução do Brasil, depois de passadas as eleições tão recrudescidas e tão polarizadas.

A Cruz Vermelha Brasileira, que aqui se faz representar pelo seu Presidente Júlio Cals, foi fundada em 5 de dezembro do 1908, passou por muitas dificuldades, mas está sendo reerguida agora com maior controle das suas finanças, das suas ações. E o nosso Presidente Júlio Cals, que veio justamente para enfrentar esse desafio de reconstruir a Cruz Vermelha Brasileira, aqui nos visita, a nossa cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, onde tem uma grande tradição o movimento da Cruz Vermelha Brasileira.

Sr. Presidente, o senhor é militar também, eu tenho a honra – e digo isso não para me jactar, Ver.^a Sofia Cavedon, mas apenas para registrar um pouquinho do meu orgulho – de ter formação em Direito Internacional Humanitário, no Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Só há dois professores no Rio Grande do Sul com essa formação, que é sobre o direito das Convenções de Genebra, que trata das formas lícitas – parece romântico dizer isso – de fazer a guerra. Parece um sofisma, mas não, existem tratados, convenções internacionais que tratam das guerras, desde as primeiras Convenções de Genebra, tive essa oportunidade a convite do Comitê Internacional da Cruz Vermelha para ter essa formação, sou Conselheiro da Cruz Vermelha do Rio Grande do Sul há mais de dez anos. Então, quero, meu caro Presidente Júlio Cals, Dr. Manoel Garcia, Dr. Ricardo Braz que nos acompanha das galerias, Secretário-Geral da Cruz Vermelha brasileira, em nome do povo de Porto Alegre, dos colegas Vereadores, sobretudo em período de Liderança do meu partido, dar as boas-vindas, desejar muito sucesso, muitos anos de vida à Cruz Vermelha brasileira, que continue nessa sua tarefa humanitária de unir os homens em torno da solidariedade, e que ecoe em nosso coração, não importando nossa ideologia, nossas escolhas de vida, aquele grito do Jean Dunant: “Somos todos irmãos, todos irmãos, todos irmãos, *tutti fratelli.*” Que Deus nos abençoe e dê longa vida à Cruz Vermelha. Muito Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Agradecemos a presença da Cruz Vermelha; sabemos o quanto é importante o trabalho dos senhores por este mundo afora. Desejamos sucesso aos senhores no trabalho. Esta Câmara se coloca sempre à disposição. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h29min.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB) – às 14h30min: Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (PMDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, retomo hoje aqui após dois dias de licença em função do falecimento do meu avô, e agradeço a solidariedade dos colegas que, por iniciativa do Ver. Mendes Ribeiro, Líder da nossa bancada, prestaram um minuto de silêncio, na última segunda-feira. Mas quero aqui, utilizando este espaço da tribuna, fazer um questionamento ao Governo Municipal a respeito do IPTU. E eu tenho certeza de que esse questionamento não é só uma dúvida que está permeando este plenário, Ver. Bosco, mas também a sociedade. Nós temos, no conjunto de um pacote que foi apresentado aqui no primeiro semestre, a inclusão, pela terceira tentativa, do projeto de revisão da planta de valores do IPTU, e esse projeto continua sendo um dos priorizados; e, pela ordem, é um dos que está para ser votado nos próximos dias, é o primeiro. Pois, na segunda-feira, pela imprensa, os Vereadores e a sociedade tomaram conhecimento que o Governo pretende arrecadar quase que a mesma coisa que pretende com a revisão da planta do IPTU com o novo mapeamento de imóveis, a partir de um aerolevanteamento que já foi iniciativa lá em 2010 na gestão do então Prefeito Fogaça e continuada, depois, pelo Prefeito Fortunati. Mas o Governo tem que decidir, então, se ele quer tarifar uma vez o cidadão, aprovando a planta revisada aqui na Casa, ou se ele quer tarifar duas vezes o bolso do cidadão mapeando de um lado e revisando a planta de outro, essa é a decisão que o Governo tem que tomar. Quem é cobrado nas ruas sobre qual o destino do projeto ou da cobrança do IPTU na Cidade são os Vereadores, Ver. Nedel. E, às vezes, eu acho que há uma certa confusão causada pela própria base do Governo, que se utiliza também de manobras protelatórias para não votar o projeto de revisão da planta que inclusive já teve a sua discussão iniciada aqui neste plenário, Ver. Oliboni. Então, eu pergunto ao Prefeito Marchezan – Prefeito Marchezan, que politicamente está muito envolvido nesse período eleitoral, tem um projeto levado às urnas do qual ele é um dos principais fiadores, porque o candidato que representa esse projeto é o candidato que o sucedeu na direção estadual do seu partido, mas ele não pode também esquecer que a população está aguardando por uma posição definitiva da Prefeitura. Afinal, quer revisar a planta para todos? Porque o projeto de revisão da planta, vale lembrar, são 58% dos imóveis da Cidade que vão sofrer impacto de reajuste a maior na cobrança; ou se ele vai querer fazer um novo mapeamento. E aí onde é que fica o discurso e a justificativa da justiça tributária que iria se promover, o discurso das isenções, Ver. Mendes, sobre o qual nós

já conversamos tantas vezes, as reduzidas divisões fiscais, que são as principais responsáveis por essas injustiças que são causadas na cobrança desse tributo. Aliás, foi esse Governo também que atropelou o andamento e o debate sobre a revisão da planta do IPTU na Comissão Especial, que fazia a toque de caixa. A Comissão Especial poderia ter funcionado, aprofundado o debate com a sociedade e entre os Vereadores por 90 dias; o Governo foi lá e disse: “Não, vamos fazer em 30 dias”, e foi isso que aconteceu, a Câmara não conseguiu produzir um acúmulo de conteúdo. E a agora não quer votar, e, ao mesmo tempo em que não quer votar, pela imprensa, nós e os cidadãos ficamos sabendo que eles querem mapear novamente os imóveis. Então, um Governo que se elegeu também com o discurso da liberdade, o discurso de que nós temos que empreender, de que a Cidade tem que ser amigável para novos negócios não é um Governo que vai querer fazer isso...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Ver. André Carús.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente em exercício, Ver. José Freitas, colegas Vereadores, Vereadoras, público que acompanha a nossa Sessão nesta tarde, e, de modo especial, em nome da bancada do PT – Ver. Adeli, Ver.^a Sofia e Ver. Sgarbossa –, quero dedicar o tempo de hoje falando da relação ou da falta de relação e, vamos dizer assim, política da boa vizinhança, com a ACERGS – Associação dos Cegos do Estado do Rio Grande do Sul, da qual temos aqui presente o Gilberto Kremer e o tesoureiro da Associação, que é Airto Viana, sejam bem-vindos aqui na Casa do Povo, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Aqui estão expostas algumas fotos que, no ano passado, em 2017, foram feitas na Marcha das Bengalas.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): A Marcha das Bengalas se identificou porque o atual Governo Municipal não repassava os recursos para manter os educadores. Educadores esses que trabalham com informática, mais do que isso, com orientação psicológica, orientação de mobilidade, oficinas. E ali estava a Marcha das Bengalas, da qual vários Vereadores participaram também, o Sgarbossa, o Robaina e outros tantos. Naquela ocasião, o Governo Municipal, Gilberto, não repassava os direitos já num convênio feito há mais de 20 anos, que vinha se repetindo gestão por gestão, dessa grande tarefa que a associação faz, em nível de Estado, com mais de 800 sócios e presta serviço para mais de 500 somente aqui em Porto Alegre. O Governo repassava trimestralmente R\$ 8 mil reais/mês. No final do ano passado, além de passar atrasado, cortou, extinguiu o convênio. Aqui nesta Casa, através de uma emenda minha

à Lei Orçamentária, foi destinado para este ano o valor de R\$ 120 mil, aprovado por nossos colegas Vereadores e Vereadoras. E o Governo, até então, já estamos no mês de setembro, não repassou nada, nada. Como vai viver, sobreviver uma entidade que tem uma prestação de serviços aos seus associados e que faz inclusive o papel que o próprio Governo Municipal deveria fazer e não faz para essa sociedade que precisa do apoio institucional do Estado? Nós estamos aqui utilizando esse espaço da tribuna para que o Governo reveja isso, porque a própria Associação dos Cegos do Rio Grande do Sul procurou o Ministério Público, através da Defensoria de Direitos Humanos, que deu 15 dias para que o próprio Governo, através da PGM, pudesse não só se pronunciar, mas destinar os recursos que esta Câmara aprovou na Lei Orçamentária e que o próprio Governo rubricou. Onde está o compromisso do Governo Municipal com um valor tão pequeno em relação a bilhões de reais que constituem a peça orçamentária? Então nós estamos aqui para reforçar o apelo da Associação dos Cegos do Rio Grande do Sul, esse grito de socorro que faz a entidade. Nos próximos dias, ela utilizará a tribuna para poder dar com maiores detalhes todo esse processo que se deu, naquela ocasião, quando o Vice-Prefeito atendeu a associação e prometeu não só continuar a repassar em dia os recursos, mas também a ampliar, se possível, a possibilidade real de que esta Associação pudesse continuar com esse benefício, com este atendimento aos seus associados. Portanto, nós viemos aqui reforçar: ou vale a ação concreta da nossa Câmara Municipal ou o Governo está incorrendo novamente numa irregularidade. Quando são projetos importantes para ele, quando lhe interessa, ele sanciona e tem validade de lei; o que nós aprovamos, inclusive neste caso, e ele mesmo sancionou, não tem compromisso de repassar e continuar as políticas sociais que nós queremos que continuem. Então, nesse sentido, esse é o apelo que fazemos, em nome da nossa bancada, pela Associação dos Cegos do Rio Grande do Sul, para que sejam repassados imediatamente esses recursos para, no mínimo, trazer ou levar a eles um pouco de dignidade e apreço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): A Ver.^a Fernanda Melchionna solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 24 a 27 de setembro de 2018. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta Especial e, depois, no período de Pauta. Após retornamos à ordem normal.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALVONI MEDINA (PRB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste das galerias e pela TVCâmara, hoje venho aqui falar a respeito do dia 21 de setembro, que será a data alusiva ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Quero aproveitar e me somar ao Ver. Aldacir Oliboni nessa jornada da Marcha das Bengalas, das pessoas com deficiência e relatar algumas coisas que têm acontecido com as pessoas com deficiência. Aproveito para trazer dados aos meus colegas: quase 24% da população possui algum tipo de deficiência; no Brasil, 45 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência, o equivalente a 23,9% da população em geral, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – essa deficiência pode ser visual, auditiva, física, mental ou múltipla. Ainda, segundo o censo do IBGE, de 2010, a deficiência mais recorrente no Brasil é a visual, com 18,6%, seguida pela motora, com 7%, depois pela auditiva, com 5,10% e, por fim, pela deficiência mental, com 1,40%. Aqui no Município não é diferente, Porto Alegre tem 23,87% da população com, pelo menos, um tipo de deficiência. Nas deficiências pesquisadas, a visual também é a que apresenta um maior número de casos, sendo 17,73%, em torno de 249 mil pessoas, com base no IBGE. Nos últimos anos, ocorreram alguns avanços, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, mais conhecida como LBI, que garante mais direitos às pessoas com deficiência e prevê punições para atos discriminatórios, mas ainda temos muito a fazer. A bancada do PRB tem dedicado atenção especial às pessoas com deficiência com ações e projetos da minha autoria, do Ver. José Freitas e de alguns outros Vereadores aqui da Casa.

E também, aqui neste Legislativo, temos a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, espaço que visa ampliar as políticas públicas e desenvolver um meio de diálogo com essa população. Precisamos trabalhar em conjunto com os conselhos e entidades que atuam na causa, para juntos contribuirmos para uma Cidade mais humana e inclusiva. Quero parabenizar o trabalho daquelas pessoas que tem lutado em prol daqueles que precisam e que buscam o nosso apoio, como o Gilberto, que está aqui conosco, da ACERGS. Temos estado junto com eles, apoiando e mostrando que juntos a gente pode construir uma Cidade melhor e uma cidade inclusiva. Que Deus abençoe a todos, um forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): A Ver. Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Ver. José Freitas. Hoje amanhecemos com a operação policial que desmascara, desbarata mais uma fraude nos recursos que o Governo Federal colocou aqui para obras da Copa do Mundo, um escândalo muito semelhante aos roubos na Carris, que aparecem agora em relação à

gestão anterior, que precisa se registrar aqui que é gravíssimo. Nós sempre problematizamos a política de primeiro fazer a Av. Tronco e depois resolver o que fariam com os 1.500 moradores e moradoras que deveriam ser afastados, retirados do novo leito da Av. Tronco. Lembro-me muito da polêmica, Ver. Oliboni e Ver.^a Fernanda, em relação ao bônus-moradia, que não era política habitacional. Lembro do Ver. Todeschini aqui fazendo este embate, discordávamos do bônus-moradia porque não tratava com dignidade as famílias, porque era um valor baixo, porque a gente não tinha notícia dos critérios, porque começou a ser usado como cooptação das pessoas, das famílias – o Ver. Adeli lembra da polêmica –, e agora aparece a fraude nos bônus-moradia. Infelizmente era o que dizíamos, lutamos e brigamos: nenhuma moradia construída para as 1.500 famílias do leito da Av. Tronco, obra que inclusive paralisou, recém começou a ser retomada, e agora parece essa fraude, uma situação de nove bônus-moradia estarem em nome de uma senhora que sequer um deles recebeu. Ou seja, deu uma procuração e houve desvio, alguém se beneficiou. Envolvimento de servidores, de CCs, de secretário, não sabemos, só que queremos dizer que é muito grave em nossa Cidade assistir a esse descontrole, esse descompasso, esse desrespeito com os cidadãos e cidadãs de nossa Cidade. Sempre dissemos que o bônus-moradia era um problema se não fosse acompanhado, se não fosse, realmente, apenas para situações excepcionais e não como política habitacional, que assim foi tratado, infelizmente e lamentavelmente. Espero que agora venha à tona os responsáveis por mais esse desvio de recursos públicos numa área tão grave, como a da habitação, tão necessária, tão urgente, tão emergente, que traz dignidade à pessoa humana, diante dessa postura, que é uma postura de violência de Estado sobre os moradores do Cristal e da Cruzeiro; uma violência, sim, porque é uma obra passando por cima da sua casa, demolição, escombros ao lado, obra parada dois ou três anos e a população vivendo a violência gerada pela degradação da área do entorno da Av. Tronco. E mais: só na Tronco, Cristal e Cruzeiro nós tivemos a redução, do ano passado para este ano, Vereadores, de mais de 400 vagas de socioeducativo, de atendimento no contraturno escolar, por causa da nova contratualização, pela saída de entidades, logo naquela zona tão empobrecida. Portanto, fica aqui o nosso repúdio e o nosso acompanhamento enquanto oposição da elucidação desses casos, da responsabilização de quem responderá por mais esse crime contra o patrimônio público e contra as famílias, a vida das famílias.

Eu quero, por fim, dizer da nova manchete, agora sim, do atual Governo: “Falta de professores vira caso de Justiça em Porto Alegre”. Não foi nem uma, nem duas vezes que nós fizemos o debate aqui sobre essa política de redução do Estado, Vereador-Presidente José Freitas, que o Prefeito Marchezan opera em Porto Alegre – a expulsão dos professores, a aposentadoria precoce, a exoneração, o assédio e a não nomeação. Os concursos de professores expiraram, não houve nomeação, não há previsão, é uma desorganização na Secretaria de Educação, é encaminhamento de desvio de função, porque laboratórios de aprendizagens estão sendo fechados em Porto Alegre, os alunos que precisam desse suporte para aprender, para avançar, não têm mais, porque a SMED diz: “Tira do laboratório; tira do serviço de supervisão ; tira da biblioteca”, e não repõe professor. Não bastou esse desmonte do currículo desses

espaços de aprendizado, na Escola Pessoa de Brum, 240 alunos – e o jornal está escancarando, a Dra. Danielle ajuizou por causa disso – não tiveram português e matemática durante todo o ano de 2018. Essa é a vergonha e o desmonte da educação do Prefeito Marchezan. Os 40 dias de greve para diálogo também foram para denunciar esse desmonte e pedir nomeação...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Vereadora.

Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

4ª SESSÃO

PROC. Nº 1252/18 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 009/18, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019. **Com Emendas nºs 01 a 07.**

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Freitas, presidindo os trabalhos, o Ver. Nedel teve que pedir antecipação deste debate porque nós estamos com quórum bastante restrito na tarde de hoje, mas nós não podemos deixar de debater a questão do orçamento. O Ver. Bosco, há pouco, comentava aqui no plenário algo que eu considero fundamental. Afinal de contas, quem será o responsável pela votação ou não votação do IPTU? Terá ou não terá influência direta sobre o que nós estamos discutindo agora, porque nós estamos discutindo aqui algo tremendamente importante, que são as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2019, que, até este momento, são uma peça de ficção – de péssima ficção –, um teatro de fantoches. Eu já contei, na segunda-feira, as incongruências, vou apontar mais uma: o Servindo Porto Alegre, que é um programa, diz que o primeiro ponto anotado é o de coleta e transporte de resíduos. Vamos fazer uma análise, Ver. Oliboni, da coleta e transporte de resíduos em Porto Alegre. Não bastasse o equívoco brutal de gestões passadas de terem feito a compra de um equipamento que é o avô ou, talvez, o bisavô dos contêineres modernos, nós não temos a separação do lixo orgânico do resíduo que poderia ser reciclado, reaproveitado, como muitas cidades modernas do mundo fazem, e não precisa ir muito longe, Caxias do Sul faz há mais de uma década. Então, essa é uma grande incongruência que nós estamos encontrando, a começar por essa questão. O segundo ponto diz: a dragagem e

desassoreamento de arroios. Nós mal estamos conseguindo fazer o do dilúvio, agora nós estamos vendo um conjunto de pequenos arroios espalhados pela Cidade totalmente assoreados. E nós precisamos, não apenas tratar disso, como ali, por exemplo, na Ponta Grossa, que é uma tragédia, porque agora começa a vir um solação primaveril e depois o de verão, e tivemos aqui no ano passado um grupo grande de moradores se queixando, e aquela obra está completamente parada. Então, está em segundo lugar aqui, e já deveria ter começado. Depois fala do Fundo Municipal dos Direitos dos Animais, colocado no meio de tudo isso. Pelo que eu sei há uma tentativa de acabar com os fundos, que foi derrotado aqui pela Casa. Esse fundo, em especial, não existe – uma pena que o Maroni e a Lourdes não estejam aqui porque eles poderiam debater melhor do que eu essa temática. Eu estou levantando aqui, nestas poucas palavras, um conjunto de incongruências. Não vou usar todo o tempo que poderia usar para essa temática, porque eu acho que eu já contei, na segunda-feira e hoje, algumas incongruências, e eu espero que a gente faça esse debate.

Sr. João Carlos Nedel: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Adeli Sell, V. Exa. tem toda razão. Nós temos inúmeros arroios em Porto Alegre que estão totalmente assoreados. Nós temos o caso do arroio do Passo Feijó, que não tem mais leito. Então, temos necessidade de investir nessa área. Um assunto que V. Exa. tocou, que é o transporte de resíduos sólidos, também, nós temos que ter alternativas, porque não se entende que a gente leve os resíduos sólidos e os outros até Minas do Leão, cento e poucos quilômetros, é um passeio do nosso lixo. Nós temos que ter alternativas mais econômicas. V. Exa. tem toda razão.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Eu, inclusive, levantaria essa questão de nós voltarmos a ter, em Porto Alegre, uma central de inertes, porque eu acho que também poderia ter um grande aproveitamento para a construção civil na Cidade. Dessa maneira, nós podíamos trabalhar essa questão. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Ver. Adeli Sell. Está encerrado o período de discussão de Pauta Especial.
Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0866/18 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 013/18, que dispõe sobre normas urbanísticas específicas para a instalação das

Estações Transmissoras de Radiocomunicação, autorizadas e homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e o respectivo licenciamento, nos termos da legislação federal vigente, no Município de Porto Alegre e revoga a Lei nº 8.896 de 26 de abril de 2002.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, a fim de entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Doze Vereadores presentes. Não há quórum.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h04min.)

* * * * *